Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Segunda Câmara

DELIBERAÇÃO AC02 - 1512/2016

PROCESSO TC/MS	**:** TC/809/2013
PROTOCOLO	**:** 1386614
TIPO DE PROCESSO	**:** CONTRATO ADMINISTRATIVO
ÓRGÃO	**:** DETRAN/MS - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	**:** CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
INTERESSADO	**:** CENTRO DE PSICOLOGIA LTDA.
VALOR	**:** R$ 32.275,00
RELATOR	**:** CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA – EXECUÇÃO FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA POR PORTARIA – VALIDADE – CUMPRIMENTO DO OBJETO – EXATIDÃO DE VALORES – REGULARIDADE - QUITAÇÃO.

É válida a prorrogação da vigência contratual formalizada por meio de portaria.

É regular a execução financeira em que se verifica o cumprimento do objeto, exatidão de valores relativos ao empenho, liquidação e pagamento da despesa.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 21ª Sessão Ordinária da Segunda Câmara, de 27 de setembro de 2016, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, pela regularidade da execução financeira do Contrato Administrativo nº 0061/2012/DIRAF, celebrado entre o DETRAN/MS - Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul e o Centro de Psicologia Ltda., bem como a prorrogação de sua vigência por meio de portarias.

Campo Grande, 27 de setembro de 2016

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves – Relator

Trata-se do exame dos atos de execução financeira do Contrato Administrativo nº 0061/2012/DIRAF - (peça 12, fls. 68-74).

A Decisão Singular DSG-G.ICN-4403/2013 (peça 16, fls. 84-87) julgou regular e legal o procedimento administrativo instaurado visando à Inexigibilidade de Licitação e a formalização do Contrato Administrativo nº 0061/2012/DIRAF.

O objeto da presente contratação recai sobre a prestação de serviços técnicos especializados pela credenciada ao concedente, em caráter personalíssimo e intransferível, previstos na Resolução CONTRAN nº 267/2008 e suas alterações e na Portaria/Detran/MS "N" nº 02/2011, compreendendo avaliações psicológicas no município de Corumbá/MS, no valor de R$ 32.275,00 (trinta e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais) e prazo de vigência estabelecido para o período de 01/10/2012 a 01/05/2013, sujeito a prorrogação, conforme instrumento contratual - (peça 12, fls. 68-74).

A Portaria Detran MS "T" nº 103, de 19/04/2013, prorrogou o credenciamento de entidades de serviços psicológicos credenciados pelo DETRAN, até 31/08/2013 e a Portaria Detran MS "T" nº 272, de 28/08/2013, prorrogou os credenciamentos até 31/12/2013.

Destarte, nesta sede recai a apreciação dos atos praticados na terceira fase, consoante disposição regimental contida no art. 120, III, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A 2ª Inspetoria de Controle Externo procedeu à análise dos atos praticados nesta 3ª fase emitindo o seu juízo de valor opinando pela irregularidade e ilegalidade dos atos de execução financeira, consoante Análise ANA–2ª ICE–7931/2014 - (peça 25, fls. 178-183) "tendo em vista a inexistência de Termo Aditivo para a prorrogação do Contrato, por infringência ao princípio da legalidade e pelas determinações do § 2º do art. 57 e do art. 60, todos da Lei Federal nº 8.666 de 1993".

O douto Ministério Público de Contas, acompanhando o posicionamento oferecido pelo Corpo Técnico, prolatou o r. Parecer PAR-MPC-GAB.2 DR. JOAOMJ-8352/2014 (peça 26, fls. 184-186) pugnando pela irregularidade e ilegalidade dos atos praticados nesta fase ora examinada, bem como pela imposição de multa ao jurisdicionado em face a prorrogação do contrato sem a formalização de Termo Aditivo e pela remessa intempestiva de documentos a esta Corte de Contas.

Diante da declaração de irregularidade e ilegalidade apontada pelo Corpo Técnico e pelo e. Procurador de Contas, este Gabinete procedeu à intimação do responsável pelo órgão (Termo de Intimação INT-16744/2014, fls. 190) para que se manifestasse nos autos diante das impropriedades indicadas, nos termos do art. 112, parágrafo único, I e art. 113, I, II e III do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n.º 76/2013.

O Senhor Carlos Henrique dos Santos Pereira, ex-Diretor-Presidente do Detran/MS ofereceu suas justificativas, conforme documentos acostado às fls. 202-211.

Após o contraditório, a Equipe Técnica retifica o seu entendimento concluindo pela regularidade e legalidade dos atos ora analisados, consoante Análise ANA–2ª ICE–13356/2015 - (peça 39, fls. 212-214), "ressalvando que a formalização do termo aditivo se deu para sanear uma situação já acabada, em que houve a prorrogação do contrato por portaria, recomendando-se ao ordenador de despesas atual que formalize as prorrogações de contrato por termo aditivo durante a vigência contratual."

Por sua vez, o d. Ministério Público de Contas ratifica seu r. Parecer opinando pela ilegalidade e irregularidade dos atos, consoante Análise e Parecer PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-11473/2016 - (peça 40, fls. 215-217).

Na sessão de julgamento o Ministério Público de Contas retificou seu parecer, opiando pela regularidade dos atos em julgamento.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves – Relator

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, parágrafo único, II, "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

A matéria trazida à apreciação a princípio seria de competência do juízo singular, porém, por este decisum apresentar discordância com o Parecer Ministerial, submeto à Câmara para ser apreciada pelo órgão colegiado, nos moldes do artigo 10, § 2º, I, combinado com o artigo 13, I, do Regimento Interno.

Os atos praticados no curso dos procedimentos relativos a primeira e segunda fases foram apreciados e reputados legais e regulares, conforme atesta Decisão Singular DSG-G.ICN-4403/2013 (peça 16, fls. 84-87).

Como objeto, a contratação visa à prestação de serviços técnicos especializados pela credenciada ao concedente, em caráter personalíssimo e intransferível, previstos na Resolução CONTRAN nº 267/2008 e suas alterações e na Portaria/Detran/MS "N" nº 02/2011, compreendendo avaliações psicológicas no município de Corumbá/MS, no valor de R$ 32.275,00 (trinta e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais) e prazo de vigência estabelecido para o período de 01/10/2012 a 01/05/2013, sujeito a prorrogação, conforme instrumento contratual - (peça 12, fls. 68-74).

A Portaria Detran MS "T" nº 103, de 19/04/2013, prorrogou o credenciamento de entidades de serviços psicológicos credenciados pelo DETRAN, até 31/08/2013 e a Portaria Detran MS "T" nº 272, de 28/08/2013, prorrogou os credenciamentos até 31/12/2013.

Os demais atos foram realizados em conformidade com a legislação federal, sendo que a execução financeira está assim demonstrada (peça 19):

Valor Contratado	R$ 32.275,00
Valor do Decréscimo Contratual	R$ 5.273,92
Valor Final Contratado	R$ 27.001,08
Valor Empenhado	R$ 27.001,08
Valor dos Comprovantes Fiscais	R$ 27.001,08
Valor dos Pagamentos Comprovados	R$ 27.001,08

O quadro acima demonstra que a execução financeira da presente contratação está corretamente demonstrada, atendendo ao disposto na Lei Federal n.º 4.320/64.

A Equipe Técnica e o d. Ministério Público de Contas opinaram pela irregularidade e ilegalidade dos atos praticados no curso da execução financeira, tendo em vista a inexistência de Termo Aditivo para a prorrogação do Contrato, consoante Análise ANA–2ª ICE–7931/2014 - (peça 25, fls. 178-183) e Parecer PAR-MPC-GAB.2 DR. JOAOMJ-8352/2014 (peça 26, fls. 184-186).

Desta forma, em cumprimento ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa insculpido na Carta Magna e no Regimento Interno desta Corte de Contas, este Gabinete procedeu a intimação do responsável pela contratação para que se manifestasse nos autos em face das impropriedades apontadas, nos termos do Termo de Intimação INT-16744/2014, fls. 190).

O Ordenador de Despesas, em resposta, apresentou as justificativas acostadas às fls. 204, asseverando:

> “a fim de regularizar as pendências apresentadas no referido termo de intimação, a Procuradoria Jurídica elaborou a Manifestação Jurídica n.º 0690/2014 acerca da prorrogação do Contrato n.º 061/2012, bem como foi providenciada a confecção de Termo Aditivo de Prazo e a publicação de seu extrato, cujas cópias seguem em anexo.”

Afirma ainda que:

> “a prorrogação do credenciamento até 31/12/13 foi realizada pela Portaria Detran MS “T” n.º 103, de 19/04/13 e pela Portaria “T” n.º 272/, de 28/08/13.”

O Corpo Técnico, após análise das razões da defesa retifica seu entendimento e se pronuncia pela regularidade e legalidade com ressalva da presente prestação de contas, nos seguintes termos - (peça 39, fls. 213), in verbis:

> “Diante do exposto, RETIFICAMOS a análise ANA-8630/2014 às fls. 178-183, para concluir:
>
> a) pela regularidade e legalidade com ressalva da formalização do Termo Aditivo nº 1/2014 ao Contrato Administrativo nº 61/2012/DIRAF, celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS

(CNPJ nº 01.560.929/0001-38) e a empresa Centro de Piscologia Ltda (CNPJ nº 05.975.516/0001-75) nos termos do inciso II do art. 59 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cc. o inciso III do § 4º do art. 120, cc. o incisos II e alínea "a" do inciso IV do art. 121, do Regimento Interno, ressalvando que a formalização do termo aditivo se deu para sanear uma situação já acabada, em que houve a prorrogação do contrato por portaria, recomendando-se ao ordenador de despesas atual que formalize as prorrogações de contrato por termo aditivo durante a vigência contratual; e,

b) pela regularidade e legalidade da execução financeira do Contrato Administrativo nº 61/2012/DIRAF celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS (CNPJ nº 01.560.929/0001-38) e a empresa Centro de Piscologia Ltda (CNPJ nº 05.975.516/0001-75) nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cc. o incisos II e alínea "a" do inciso IV do art. 121, do Regimento Interno deste Tribunal".

O douto Ministério Público de Contas exara o r. Parecer opinando pela irregularidade e ilegalidade dos atos praticados no curso da execução financeira, mediante a seguinte dicção - (peça 40, fls. 216), in verbis:

"Sendo assim, este Ministério Público de Contas retifica o parecer (peça nº 26) com fulcro no inciso III, artigo 11 da Lei Complementar Estadual sob o n. 148/2010, conclui pela:

1-ilegalidade e irregularidade da formalização do termo aditivo contrariando os termos do art. 120, § 4º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013;

2- ilegalidade da execução financeira do contrato e termo aditivo, por consequência, ainda que os valores estão (sic) comprovados regularmente, nos termos do artigo 120 inciso III da Resolução Normativa TCE/MS n.76, de 11 de dezembro de 2013; por infringência da Lei das contratações 8.666/93 e Instrução Normativa nº 35/2011;

3- aplicação de multa ao citado responsável, nos termos do artigo 44, inciso I da Lei Complementar nº 160/2012;

4- comunicação do resultado aos interessados, nos termos do Regimento Interno/TC/MS".

Com a devida vênia ao e. Procurador de Contas entendo que o contexto dos autos oferece condições para a formação de juízo diverso, porquanto as prorrogações de prazo realizadas mediante a edição de Portarias devem ser reputadas válidas tendo em vista a existência de cláusula que vincula a vigência contratual à da Portaria de Credenciamento, não consistindo em infringência aos §§ 2º e 3º do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, onde a prorrogação não está condicionada a uma forma específica, mas sim à existência de justificativa e prévia autorização.

Ademais, as Portarias são consideradas instrumentos hábeis para a prorrogação do prazo da vigência contratual visto que o art. 62, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93 faculta a formalização de contrato administrativo aos casos de Inexigibilidade de Licitação cujo preço esteja compreendido nos limites desta modalidade de licitação, autorizando sua substituição por outros instrumentos hábeis. Assim, não sendo obrigatório o próprio contrato originário em tais casos, dispensável também a formalização de Termo Aditivo para a prorrogação.

O d. Ministério Público de Contas pugnou ainda pela imposição de multa ao jurisdicionado tendo em vista a remessa intempestiva de documentos a este Tribunal de Contas. Todavia, considerando que a impropriedade apontada não causou dano ao erário público e observando que o gestor não foi intimado por este Gabinete a se manifestar nos autos diante do defeito apontado, deixo de acolher a proposição do e. Procurador de Contas e recomendo ao atual gestor que observe com maior rigor as instruções vigentes no que tange à remessa de documentos sujeitos a apreciação por esta Casa de Contas.

Desta forma, por todas as razões expostas concluo que a prorrogação da vigência contratual foi regularmente formalizada através das Portarias DETRAN/MS "T" nº 103, de 19/04/2013 e DETRAN/MS "T" nº 272, de 19/08/ 2013, estando a execução financeira do contrato realizada dentro dos aspectos normais e regulares, cujo objeto foi regularmente executado e adimplida a obrigação financeira dele decorrente, razão pela qual merecem a aprovação desta Corte de Contas.

Assim, acompanhando o r. Parecer do Ministério Público de Contas,

DISPOSITIVO

1 – pela regularidade e legalidade da formalização das Portarias Detran MS “T” n.º 103, de 19/04/2013 e Detran MS “T” n.º 272, de 28/08/2013, editadas em Substituição ao Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0061/2012/DIRAF celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS, CNPJ/MF n.º 01.560.929/0001-38, por seu Diretor-Presidente à época, Senhor Carlos Henrique dos Santos Pereira, CPF/MF n.º 356.587.891-68, como contratante, e, de outro lado, a Empresa Centro de Psicologia Ltda, CNPJ/MF nº 05.975.516/0001-75, por sua Representante, Senhora Fátima Guimarães de A. Aragi, CPF/MF nº 068.781.723-49, como contratada, por guardarem conformidade com as disposições contidas no art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 120, III, “a” e artigo art. 171 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pela regularidade e legalidade da execução financeira do Contrato Administrativo nº 0061/2012/DIRAF, em face do cumprimento do seu objeto, exatidão dos seus valores e regular adimplemento das obrigações, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar n 160/2012 c/c os artigos 120, III e 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2012;

3 – pela quitação ao Ordenador de Despesas, Senhor Carlos Henrique dos Santos Pereira, CPF/MF n.º 356.587.891-68, para os efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 171, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

4 – pela comunicação do resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 99 do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, nos termos do voto do Relator, pela regularidade da execução financeira do Contrato Administrativo n° 61/2012, bem como sua prorrogação por meio de portarias.

Presidência e Relatoria do Exmo. Sr. Conselheiro Iran Coelho das Neves.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros: Marisa Joaquina Monteiro Serrano e Osmar Domingues Jeronymo.

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Junior, Procurador de Contas.

Campo Grande, 27 de setembro de 2016.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**
Relator

SETAC.JRC/HCLS